

Auditoria à segurança das prisões revela “deficiências” na gestão e organização

written by O Cidadão | 31 de Dezembro, 2024



A Inspeção-Geral dos Serviços de Justiça (IGSJ) entregou o relatório em 27 de dezembro e o Ministério da Justiça, em comunicado, adiantou hoje que uma das conclusões é a necessidade de avaliar a lotação das prisões.

Em algumas cadeias, revela também o ministério liderado por Rita Júdice, existem torres de vigilância que não funcionam, existe **“falta de sistemas que impeçam o arremesso de objetos”**, locais desadequados para visitas, carrinhas celulares e de serviço antigas (de 1998 e 2000) e ainda **“ausência de uniformização de configuração das câmaras”** de vigilância.

Já a nível de organização, no relatório da IGSJ concluiu-se que existem dificuldades na alocação de reclusos nas cadeias e

na sua distribuição pelas alas e pelas celas. Além disso, foram também identificadas **“dificuldades na transferência de reclusos entres estabelecimentos prisionais”** e existe **“pouca articulação”** na troca de informação entre a direção-geral dos serviços prisionais e as cadeias.

O relatório elaborado ao longo dos últimos meses reconhece ainda que existe uma **“grande concentração de saídas nos mesmos dias”** para consultas ou diligências judiciais e que há presos preventivos que são encaminhados para prisões destinadas a reclusos já condenados.

Quanto à gestão dos recursos humanos, no relatório refere-se, adianta o Ministério da Justiça, uma **“escassez de guardas prisionais ao serviços, também por ausências prolongadas, com grande incidência de alegação de acidentes em serviço, de doenças profissionais e de baixas médicas”**. Esta **“escassez”** reflete-se também da **“insuficiência de elementos encarregados da videovigilância”**.

Outro problema relacionado com o corpo da guarda prisional é a **“faixa etária avançada dos guardas prisionais”** e ainda a **“ausência de formação”** destes profissionais **“em temas específicos”**.

Em comunicado, Rita Júdice considerou que esta auditoria **“confirma o estado de desinvestimento no sistema prisional ao longo dos anos”**.

No entanto, sublinhou a resolução de algumas falhas identificadas na auditoria às 49 prisões: **“Várias decisões já foram tomadas, como a compra de viaturas, de equipamento de vigilância eletrónica e a contratação de 225 guardas prisionais, em curso”**.

“Estamos a dar início a obras e intervenções urgentes nos EP de Lisboa e de Ponta Delgada. Os trabalhos de requalificação das prisões e do sistema prisional são longos e demorados. Por isso, estamos a começar já”, acrescentou.

O Ministério da Justiça quer agora que a Direção-Geral de Reinserção dos Serviços Prisionais (DGRSP) classifique as falhas detetadas por grau de prioridade, que calendarize as medidas para resolver as falhas identificadas e que apresente um relatório de execução até março de 2025 e outro até junho de 2025.